

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes às atividades da Produban Serviços de Informática S.A. (Produban) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), correlacionado às Normas Internacionais de Contabilidade - *The International Financial Reporting Standard* (IFRS).

Patrimônio Líquido e Resultado

O patrimônio líquido atingiu R\$48.519 em 31 de dezembro de 2017, em comparação a R\$42.874 em 31 de dezembro de 2016. O lucro líquido apresentado no exercício de 2017 foi de R\$7.411 em comparação ao lucro de R\$2.884 do exercício anterior. Em 2017, foram provisionados juros sobre o capital próprio no valor de R\$2.864 e em 2016 o valor de R\$3.151.

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2017, os ativos totais atingiram o valor de R\$150.206 comparados a R\$119.685 em 31 de dezembro de 2016 e estão representados, substancialmente, por aplicações financeiras no valor de R\$34.336 (31/12/2016 - R\$19.276) e por ativos fiscais correntes e diferidos no valor de R\$70.025 (31/12/2016 - R\$68.903).

Política de Distribuição de Dividendos

Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Notas Explicativas	31/12/2017		31/12/2016		
Ativo					
Ativo Circulante		49.539	21.287		
Caixa e Equivalentes de Caixa	3&20.f	74	377		
Contas a Receber		425	118		
Ativos Fiscais - Correntes	11.c	25.860	3.323		
Outros Ativos Financeiros	8	1.056	1.181		
Outros Ativos	5	22.124	16.288		
Ativo não Circulante		100.667	98.398		
Aplicações Financeiras	4&20.f	34.336	19.276		
Contas a Receber		25	1.190		
Depósitos Judiciais		1.782	4.958		
Ativos Fiscais		44.165	65.580		
A Compensar Diferidos	11.c	24.367	46.453		
Outros Ativos	11.b	19.798	19.127		
Ativo Tangível	5	2.683	126		
Ativo Intangível	6	17.657	7.173		
	7	19	95		
		150.206	119.685		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos			
	24.920	3.120	14.844	(153)	-	42.731
	-	-	-	2.810	-	2.810
12.b	-	-	(2.400)	-	(2.400)	(2.400)
	-	-	-	-	2.884	2.884
	-	-	-	-	-	-
12.c	-	144	-	-	(144)	-
12.b	-	-	(411)	-	(2.740)	(3.151)
	24.920	3.264	12.033	2.657	1.098	42.874
	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	7.411	7.411
	-	-	-	-	-	-
12.c	-	371	-	-	(371)	-
12.b	-	-	-	-	(2.864)	(2.864)
12.d	-	-	4.176	-	(4.176)	-
	24.920	3.635	16.209	3.755	-	48.519

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Notas Explicativas	Capital Social	Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
	24.920	3.120	14.844	(153)	-	42.731
	-	-	-	2.810	-	2.810
12.b	-	-	(2.400)	-	(2.400)	(2.400)
	-	-	-	-	2.884	2.884
	-	-	-	-	-	-
12.c	-	144	-	-	(144)	-
12.b	-	-	(411)	-	(2.740)	(3.151)
	24.920	3.264	12.033	2.657	1.098	42.874
	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	7.411	7.411
	-	-	-	-	-	-
12.c	-	371	-	-	(371)	-
12.b	-	-	-	-	(2.864)	(2.864)
12.d	-	-	4.176	-	(4.176)	-
	24.920	3.635	16.209	3.755	-	48.519

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional e Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Contexto Operacional

A Produban Serviços de Informática S.A. (Produban) é uma sociedade constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada na Rua Amador Bueno, 474 - Bairro Santo Amaro - São Paulo - SP. É uma sociedade integrante do Conglomerado Santander e tem por objeto, entre outros, desenvolvimento e implantação de infraestrutura de tecnologia, gestão de processamento de serviços de tecnologia, suporte técnico, gestão de recursos de comunicação - dados e voz, suporte de infraestrutura em sites de processamento distribuído, suporte de equipamentos de uso corporativo, mesa de operações e Call Center e suporte à implantação de projetos, sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente.

As receitas da Produban nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão representadas, principalmente, por serviços prestados a partes relacionadas, empresas do Conglomerado Santander, conforme apresentado na Nota 20.1.

b) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Produban, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), correlacionado às Normas Internacionais de Contabilidade - *The International Financial Reporting Standard* (IFRS).

O resultado e a posição financeira da Produban estão expressos em Reais, moeda funcional da entidade e moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram autorizadas pela Diretoria Executiva na reunião realizada em 28 de março de 2018.

Normas e Interpretações que Entrarão em Vigor após 31 de Dezembro de 2017

Na data de preparação destas demonstrações financeiras, as seguintes principais normas e interpretações que possuem data de adoção efetiva após 31 de dezembro de 2017 e ainda não foram adotadas pela Produban são:

1. IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (CPC 48)

Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9, foi emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) em julho de 2014 e pelo CPC em 2016, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Administração avaliou os impactos da implantação deste IFRS e concluiu que não haverá impactos relevantes.

2. IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes (CPC 47)

Foi emitido pelo IASB em maio de 2014 e pelo CPC em 2016 e é aplicável para relatórios anuais com início em 1 de janeiro de 2018. Esta norma específica como e quando será reconhecida a receita, bem como a exigência de que as Entidades forneçam aos usuários, em suas demonstrações financeiras, maior nível de informação e com notas explicativas relevantes. A norma traz cinco princípios básicos a serem aplicados a todos os contratos com clientes, sendo eles: i) identificar o contrato com o cliente; ii) identificar as obrigações de execução estabelecidas no contrato; iii) determinar o preço de transação; iv) alocar o preço de transação às obrigações de execução e v) reconhecer a receita no momento em que (ou à medida em que) a entidade cumprir uma obrigação de execução.

O princípio básico da IFRS 15 consiste em que uma entidade reconhece receitas para descrever a transferência de produtos ou serviços prometidos a clientes por um valor que reflete a contraprestação a que a entidade espera ter direito em troca desses produtos ou serviços. Uma entidade reconhece receitas de acordo com esse princípio básico por meio da cumulativa observância aos seguintes passos:

Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com um cliente - um contrato é um acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações exequíveis. Os requisitos da IFRS 15 se aplicam a todo contrato que tenha sido celebrado com um cliente e que atenda critérios específicos.

Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho no contrato - um contrato inclui promessas de transferência de produtos ou serviços a um cliente. Se esses produtos ou serviços forem distintos, as promessas constituem obrigações de desempenho e são contabilizadas separadamente.

Passo 3: Determinar o preço da transação - o preço da transação é o valor da contraprestação em um contrato ao qual uma entidade espera ter direito em troca de transferir produtos ou serviços prometidos a um cliente.

Passo 4: Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato - uma entidade normalmente aloca o preço da transação a cada obrigação de desempenho com base nos preços de venda individuais relativos de cada bem ou serviço distinto prometido no contrato.

Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho - uma entidade reconhece receitas quando (ou à medida que) satisfizer uma obrigação de desempenho ao transferir um bem ou serviço prometido a um cliente (o que ocorre quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço). O valor da receita reconhecida é o valor alocado à obrigação de desempenho satisfetida.

Após análises realizadas, foi possível concluir que não haverá impactos relevantes.

3. IFRS 16 - Contratos de Leasing (CPC 06 (RR))

Emitida pelo IASB em janeiro de 2016 e pelo CPC em 2017, com data de aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2019. Esta norma contém uma nova abordagem para os contratos de leasing, que requer ao arrendatário reconhecer ativos e passivos pelos direitos e obrigações criados pelo contrato. Assim sendo, primeiramente a entidade deve avaliar se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O contrato é, ou contém um arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Com data de vigência a partir de janeiro de 2019, a Produban ainda está em processo de análise deste novo pronunciamento, observando criticamente o novo conceito de arrendamento mercantil, principalmente na sua atuação como arrendatária.

c) Estimativas Utilizadas

A elaboração das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências ativas e passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

Estas estimativas, na qual foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros;
- Provisão para perdas sobre créditos;
- Perdas de valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros que não créditos;
- Provisão com processos judiciais e administrativos e obrigações legais;
- Reconhecimento e avaliação de recuperação de impostos diferidos; e
- Provisão para benefícios a empregados.

2. Práticas Contábeis e Critérios de Apuração

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados da data da aplicação e para atender compromissos de curto prazo.

b) Definições, Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros

i. Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro em uma entidade e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

"Instrumentos de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Derivativo financeiro" é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou *rating* de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

As transações a seguir não são tratadas como instrumentos financeiros para fins contábeis:

- Investimentos em coligadas; e
- Direitos e obrigações em virtude de planos de benefícios para funcionários.

ii. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração.

Os ativos financeiros são classificados, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

• **Ativos financeiros para negociação** (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge;

• **Ativos financeiros disponíveis para venda** são demonstrados ao valor justo. Esta categoria não inclui instrumentos de débitos classificados como "investimentos mantidos até o vencimento", "empréstimos e recebíveis" ou "ativos financeiros ao valor justo no resultado", e instrumentos de patrimônio emitidos por entidades que não sejam coligadas, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como "ativos financeiros para negociação" ou como "outros ativos financeiros ao valor justo no resultado".

Resultados decorrentes de alterações no valor justo são reconhecidos no item ajuste ao valor de mercado no patrimônio líquido, com exceção das perdas cumulativas por não recuperação, as quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de declínio no valor justo

por não recuperação, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado; e

• **Empréstimos e recebíveis**: essa categoria inclui ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para *impairment* (recuperação) à cada data de balanço.

iii. Classificação dos Ativos Financeiros para Fins de Apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Caixa e equivalentes de caixa";
- "Aplicações financeiras";
- "Depósitos judiciais";
- "Contas a receber";
- "Outros ativos financeiros"; inclui outros valores a receber com natureza de ativos financeiros não incluídas nas demais rubricas.

iv. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Mensuração

Os passivos financeiros são classificados, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

• **Passivos financeiros para negociação** (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros não considerados *hedge accounting* e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de venda ou empréstados ("posições vendidas"); e

• **Passivo financeiro ao custo amortizado**: demais passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento.

v. Classificação dos Passivos Financeiros para Fins de Apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

- "Contas a pagar";
- "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar"; e
- "Outros passivos financeiros".

vi. Mensuração dos Ativos e Passivos Financeiros

Em geral, os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo. Subsequentemente, são mensurados ao valor justo ou custo amortizado dependendo da categoria. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação.

Os "empréstimos e recebíveis" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos.

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos na rubrica "passivos financeiros para negociação", os quais são mensurados ao valor justo.

c) Outros Ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e receitas provisionadas e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

d) Ativo Tangível

Refere-se a ativos de imobilizados de uso, a depreciação é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de comunicação e segurança - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

A Produban avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização seja por uso ou venda.

Uma vez identificada uma redução no valor recuperável do ativo tangível, este é ajustado até atingir o seu valor de realização através do reconhecimento contábil de uma perda por redução ao seu valor recuperável registrada no resultado do exercício.

e) Ativo Intangível

É um ativo não monetário identificável sem substância física. É decorrente basicamente de desenvolvimento de *softwares* amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

A Produban avalia ao final de cada exercício, se há qualquer indicação de que os itens do ativo intangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização. Identificando qualquer redução no valor recuperável, este é ajustado até atingir seu valor de realização.

A mensuração do valor recuperável de ativos intangíveis - *software* é realizada com base no valor em uso, bem como, a análise da desconcentração do ativo em relação às suas atividades.

f) Arrendamento Mercantil Financeiro

Leasings financeiros são leasings que transferem ao arrendatário substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do ativo arrendado.

Os arrendatários devem reconhecer os arrendamentos mercantis financeiros como ativos e passivos nos seus balanços por quantias iguais ao valor justo da propriedade arrendada ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, cada um determinado no início do arrendamento mercantil.

Um arrendamento mercantil financeiro dá origem a uma despesa de depreciação (amortização) relativa a ativos depreciáveis (amortizáveis), assim como uma despesa financeira para cada período contábil.

g) Outros Passivos

Outros passivos incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receitas diferidas e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

h) Reconhecimento de Receitas e Despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Prestação de Serviços:

- Receitas e despesas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços; e
- As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

i) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Outras Provisões

A Produban é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência de prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e com base nas melhores informações disponíveis. Para os processos cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas e para os processos cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho com precisamento certo. Os ativos contingentes com êxito provável,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado
8. Instrumentos Financeiros

Avaliação
Os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, depósitos judiciais, outros ativos financeiros, contas a pagar, dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar e outros passivos financeiros, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos por qualquer perda ou redução do valor recuperável ou a valor justo dependendo da sua categoria conforme demonstrado na abertura de Instrumentos Financeiros por Categoria.

O resultado da negociação de instrumentos financeiros é reconhecido nas datas de fechamento ou contratação das operações, onde a Produban se compromete a comprar ou vender estes instrumentos. As obrigações decorrentes da contratação de instrumentos financeiros são eliminadas das demonstrações contábeis apenas quando estes instrumentos expiram ou quando os riscos, obrigações e direitos deles decorrentes são transferidos.

Valor Justo para os Instrumentos Financeiros ao Custo Amortizado

O valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado se aproxima ao valor contábil, considerando os prazos e taxas de juros dos instrumentos financeiros.

Gerenciamento de Riscos

A gestão de riscos da Produban é realizada de acordo com a regulamentação vigente e as práticas do Grupo Santander, e visa proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. Na condução das operações do Grupo Santander, a gestão de riscos engloba as seguintes tipologias de riscos:

- Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, mantendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de risco e uma adequada rentabilidade mínima que exceda o risco de inadimplência estimado, do cliente e da carteira, conforme definido pelo Comitê Executivo.

- Risco de mercado é a exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições das carteiras.

- Risco operacional é o risco de perda resultante de inadequação ou falha em processos, pessoas, sistemas e/ou de exposição a eventos externos. A gestão e controle do risco operacional buscam o fortalecimento do ambiente de controles internos, a prevenção, mitigação e redução dos eventos e perdas por risco operacional e a continuidade do negócio.

- Risco de *compliance* é definido como risco legal, de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentos, códigos de ética e conduta e das boas práticas. O gerenciamento de risco de *compliance* tem caráter preventivo e inclui o monitoramento, processos educativos, consultoria, avaliação de riscos e comunicação corporativa relacionada às regras e legislação aplicáveis a cada área de negócios.

- Risco de conduta consiste no risco de ações de indivíduos que resultam em consequências adversas aos consumidores ou aos mercados em que atua.

- Risco reputacional, é o risco de um impacto econômico negativo, atual ou potencial, devido a uma percepção desfavorável por parte dos funcionários, clientes, acionistas/investidores e sociedade em geral.

O Conglomerado Santander conta com uma equipe de *Compliance* que atua de forma independente, reportando-se diretamente à Presidência e ao Conselho de Administração, dando apoio a toda a Organização para o gerenciamento desse Risco.

Instrumentos Financeiros por Categoria

Os instrumentos financeiros estavam assim resumidos:

	31/12/2017	31/12/2016
Ativos Financeiros - Empréstimos e Recebíveis	37.698	27.100
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 3&20.I)	74	377
Aplicações Financeiras (Nota 4&20.I)	34.336	19.276
Contas a Receber	450	1.308
Depósitos Judiciais	1.792	4.958
Outros Ativos Financeiros	1.056	1.181
Adiantamentos e Antecipações Salariais	932	1.133
Adiantamentos com Despesas Administrativas	124	48
Total - Ativos Financeiros	37.698	27.100
Passivos Financeiros - Outros Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	22.869	5.467
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 12.b&20.I)	9.254	2.789
Contas a Pagar	2.435	2.678
Outros Passivos Financeiros	11.180	-
Arrendamento Mercantil Financeiro (Nota 9.1)	11.180	-
Total - Passivos Financeiros	22.869	5.467

A Administração considera que os valores contábeis dos ativos financeiros e passivos financeiros contabilizados ao custo amortizado se aproximam dos seus valores justos.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Hierarquia de Valor Justo

Como estratégia de gestão de risco em linha com seus objetivos de negócios, a Produban mantém uma carteira de instrumentos financeiros simples e apresenta os seguintes níveis para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. São avaliados por essa hierarquia os instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos.
Nível 3: registra ativos ou passivos financeiros nos quais não utilizam dados observáveis de mercado para fazer a mensuração.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as aplicações financeiras classificadas como empréstimos e recebíveis estão mensuradas a custo amortizado, se mensuradas a valor justo seriam classificadas como nível 2.

9. Outros Passivos Financeiros e Outros Passivos
9.1. Outros Passivos Financeiros - Arrendamento Mercantil Financeiro
Descrição dos Acordos

A Produban arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado nos quais a Produban detém, substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, desta forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros são incluídas em empréstimos. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos nas demonstrações do resultado do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

Valores Fixos em Reais

A Produban se compromete a pagar, até o final do arrendamento, os valores previamente estipulados, não havendo a incidência de qualquer atualização ou aumentos, contanto que as respectivas obrigações sejam pagas integralmente nas respectivas datas de vencimento.

Opção de Compra

Caso o arrendatário opte por adquirir o equipamento ao final do prazo inicial do arrendamento mercantil, será cobrada opção de compra no valor de R\$1,00 (um real).

Valor Residual Garantido

A arrendadora recuperará integralmente o valor principal investido na aquisição do equipamento, acrescido da remuneração da arrendadora e demais obrigações previstas em contrato, qualquer que seja a opção final exercida pelo arrendatário.

Obrigações de Arrendamento Mercantil Financeiro

As obrigações de arrendamento são garantidas por meio de alienação fiduciária dos bens arrendados.

Obrigações Brutas de Arrendamento Mercantil Financeiro - Pagamentos Mínimos de Arrendamento:

	31/12/2017	31/12/2016
Menos de Um Ano	3.521	-
Mais de Um Ano e Menos de Cinco Anos	11.444	-
Total	14.965	(3.785)
Encargos de Financiamento Futuros sobre Arrendamentos Financeiros	3.785	-
Valor Presente das Obrigações de Arrendamento Mercantil Financeiro	11.180	-
Valor Presente das Obrigações de Arrendamento Mercantil Financeiro é como segue:		
	31/12/2017	31/12/2016
Menos de Um Ano	2.631	-
Mais de Um Ano e Menos de Cinco Anos	8.549	-
Total	11.180	-

9.2. Outros Passivos

	31/12/2017	31/12/2016
Provisões para Despesas Administrativas	81	7.011
Outros Pagamentos a Efetuar	648	1
Total	729	7.012

10. Provisões
a) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais, Compromissos e Outras Provisões

	01/01 a 31/12/2017		01/01 a 31/12/2016	
	Fundos de Pensões	Fiscais ⁽²⁾	Fundos de Pensões	Fiscais ⁽²⁾
	Trabalhistas (Nota 10.e)		Trabalhistas (Nota 10.e)	
Saldo Inicial	4.482	12.707	4.310	11.414
Adições Debitadas ao Resultado:				
Constituição Líquida de Reversão	(1.010)	10.180	-	46
Despesas com Juros (Nota 19)	-	238	-	619
Despesas com Pessoal	-	564	-	1.172
Ganhos e Perdas Atuariais - CPC 33	-	(1.665)	-	(6.061)
Baixas por Pagamentos	(3)	(3.483)	-	(991)
Outras Movimentações ⁽¹⁾	-	1.149	126	10.263
Saldo Final	3.469	24.368	12.993	4.482

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de ativos atuariais relativos a fundos de pensão é de R\$11.412 (31/12/2016 - R\$10.263), registrados na rubrica Outros Ativos (Nota 5).

⁽²⁾ Inclui o valor de R\$3.282 (31/12/2016 - R\$2.906) de honorários advocatícios.

b) Provisões, Passivos Contingentes e Outros Passivos

A Produban é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária fiscal e previdenciária e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações da Produban com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A Produban tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos.

O principal processo que a Produban vinha discutindo judicialmente eram os impactos do expurgo inflacionário do Plano Verão nas bases de cálculo do IRPJ e da CSLL que em 31 de dezembro de 2016 era no valor de R\$1.393.

c) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadraram no critério anterior são provisionadas de acordo com a avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência e de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

d) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciários, Trabalhista e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$737.650, sendo o principal processo o seguinte:

Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração em face da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., atual Produban e outro auto no extinto Banco Santander Brasil S.A. (incorporado pelo Banco Santander Meridional S.A., atual Banco Santander (Brasil) S.A.). O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Produban na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Produban, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. Em junho de 2015, as defesas foram apreciadas com decisões desfavoráveis na esfera administrativa (CARF). Em 3 de julho de 2015, Banco e Produban impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais. O valor envolvido atualizado de cada uma das ações em 31 de dezembro de 2017 é de aproximadamente de R\$717.157.

As ações com classificação de perda possível de natureza trabalhista totalizaram em R\$11.484, e não há valores de passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível.

e) Provisões para Fundos de Pensões e Obrigações Similares
e.1) Plano de Pensão Complementar

A Produban patrocina, juntamente com o Banco Santander Brasil, planos de benefício definido e planos de contribuição definida, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

Plano Banespa - Fundo Banespa de Seguridade Social (Plano Produban)

I) Banespa: plano de benefício definido, integralmente custeado pela Produban, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, incluindo com a partir de 2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados em um Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC), em razão de déficit no plano. Plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano, o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

Plano IV: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010 (Nota 10.e.1.II).

Plano Sanprev II - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Entidade fechada de previdência complementar que administrava três planos de benefícios, dois na modalidade de Benefício Definido e um na modalidade de Contribuição Variável, cujo processo de modernização de gerenciamento destes planos para a Banesprev ocorreu em janeiro de 2017. Atualmente, está em curso solicitação do processo de encerramento da autorização de funcionamento junto a PREVIC.

III) Outros Planos

SanprevPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente.

O plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de Contribuição Definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano.

Os valores apropriados pelas patrocinadoras como despesa no exercício de 2017 relativo a Banesprev e SantanderPrevi foram de R\$21 e R\$2.357 (2016 - R\$19 e R\$2.189), respectivamente.

Auração do Ativo (Passivo) Atuarial Líquido

	31/12/2017	31/12/2016	
	Banesprev ⁽¹⁾	Banesprev	Sanprev
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(94.487)	(78.601)	(1.136)
Valor Justo dos Ativos do Plano	94.420	75.999	1.730
	(67)	(2.602)	594

Conciliação dos Ativos e Passivos

Superávit	12.233	9.669	594
Déficit	(12.300)	(12.271)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	821	-	-
Ativo Atuarial Líquido (Nota 5)	11.412	9.669	594
Passivo Atuarial Líquido (Nota 10.a)	(12.300)	(12.271)	-
Contribuições Efetuadas	450	536	-
Receita (Despesas) Reconhecidas	(1.126)	(1.367)	(72)
Ganhos e Perdas Atuariais	5.492	3.030	666
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	18.396	17.798	(181)

⁽¹⁾ Inclui valores referente a transferência dos Planos da Sanprev (Nota 10.e.1.II).

e.2) Plano de Assistência Médica e Odontológica

Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo (Cabesp): entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000, conforme definido em estatuto da Entidade.

	Cabesp	
	31/12/2017	31/12/2016
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(4.848)	(4.233)
Valor Justo dos Ativos do Plano	4.155	3.797
	(693)	(436)

Conciliação dos Ativos e Passivos

Superávit	12.233	9.669	594
Déficit	(12.300)	(12.271)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	821	-	-
Ativo Atuarial Líquido (Nota 5)	11.412	9.669	594
Passivo Atuarial Líquido (Nota 10.a)	(12.300)	(12.271)	-
Contribuições Efetuadas	450	536	-
Receita (Despesas) Reconhecidas	(1.126)	(1.367)	(72)
Ganhos e Perdas Atuariais	5.492	3.030	666
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	18.396	17.798	(181)

⁽¹⁾ Inclui valores referente a transferência dos Planos da Sanprev (Nota 10.e.1.II).

e.2) Plano de Assistência Médica e Odontológica

Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo (Cabesp): entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000, conforme definido em estatuto da Entidade.

	Cabesp	
	31/12/2017	31/12/2016
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(4.848)	(4.233)
Valor Justo dos Ativos do Plano	4.155	3.797
	(693)	(436)

Conciliação dos Ativos e Passivos

Superávit	12.233	9.669	594
Déficit	(12.300)	(12.271)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	821	-	-
Ativo Atuarial Líquido (Nota 5)	11.412	9.669	594
Passivo Atuarial Líquido (Nota 10.a)	(12.300)	(12.271)	-
Receita (Despesas) Reconhecidas	(1.126)	(1,13)	(72)
Ganhos e Perdas Atuariais	3	133	
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	358	2.245	

⁽¹⁾ Inclui valores referente a transferência dos Planos da Sanprev (Nota 10.e.1.II).

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pela Produban:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Banesprev ⁽¹⁾	Cabesp	Banesprev	Sanprev
Experiência do Plano	1.131	(50)	(5.492)	(188)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(8.561)	465	(10.784)	(102)
Mudanças em Hipóteses Demográficas	2	(546)	(248)	412
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(7.428)	(131)	(16.524)	122
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Imputado na Taxa de Desconto	10.045	-	10.675	(8)
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	10.045	-	10.675	(8)
Mudança no Superávit Irrecuperável	(821)	-	9.567	551

⁽¹⁾ Inclui valores referente a transferência dos Planos da Sanprev (Nota 10.e.1.II).

A duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pela Produban:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Banesprev ⁽¹⁾	Cabesp	Banesprev	Sanprev
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial	9,5%	9,7%	10,9%	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

19. Outras Despesas	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Despesas com Juros - Fundos de Pensões (Nota 10.a)	238	619
Perdas na Baixa de Ativo Intangível	-	29
Despesas com Atualização de Contingências Fiscais	-	162
Despesas Financeiras Arrendamento Mercantil	668	-
Outras	816	285
Total	1.722	1.095

20. Partes Relacionadas	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração		
Na Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 28 de abril de 2017, foi aprovada a remuneração global dos administradores para o exercício de 2017, no montante de até R\$2.300, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios.		
b) Benefícios de Longo Prazo		
A Produban, assim como outras controladas no mundo do Grupo Santander Espanha, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado das ações do Banco Santander Espanha, com base na obtenção de metas (Nota 10.e.3).		
c) Benefícios de Curto Prazo		
Salários e Honorários da Diretoria Executiva	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Remuneração Fixa	731	692
Remuneração Variável	238	539
Outras	353	394
Total	1.322	1.625

Adicionalmente, no exercício foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$351 (2016 - R\$446).

d) Rescisão do Contrato
A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

e) Participação Aclonária
A Produban é controlada pela Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. com sede na Espanha a qual é controlada indiretamente pelo Banco Santander Espanha que possui participação acionária direta de 11.250 mil ações ordinárias, equivalentes a 100% do capital social.

f) Transações entre Partes Relacionadas
As operações e remuneração de serviços entre as empresas do Santander são efetuadas com valores, taxas e prazos usuais de mercado e em condições de comutatividade. Os principais saldos e resultados de transações são:

	31/12/2017	31/12/2016
Ativo		
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 3)	74	377
Banco Santander Brasil ⁽¹⁾	74	377
Aplicações Financeiras (Nota 4)	34.336	19.276
Banco Santander Brasil ⁽¹⁾	34.336	19.276
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	7.384	1.219
Banco Santander Brasil (Nota 5) ⁽¹⁾	6.840	-
Banco Santander Chile ⁽¹⁾	368	619
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽²⁾	-	549
Outras	176	51
Passivo		
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 12.b)	(2.435)	(2.678)
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. ⁽²⁾	(2.435)	(2.678)
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(54)	(58)
Aquanima Brasil Ltda. ⁽³⁾	(54)	(58)
	01/01 a 31/12/2017	01/01 a 31/12/2016
Resultado		
Receitas Financeiras (Nota 16)	1.547	2.117
Banco Santander Brasil ⁽¹⁾	1.547	2.117
Receita de Prestação de Serviços (Nota 14)	280.067	253.516
Banco Santander Brasil ⁽¹⁾	280.139	231.424
Banco Santander Chile ⁽¹⁾	2.338	1.825
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽²⁾	2.578	5.720
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ⁽²⁾	7.490	2.198
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ⁽²⁾	265	450
Webmotors S.A. ⁽⁴⁾	200	189
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. ⁽¹⁾	1.603	1.534
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. ⁽¹⁾	6.867	6.554
Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. ⁽²⁾	244	244
Getnet Adquirência e Serviços para Meios de Pagamento S.A. ⁽²⁾	162	2.310
Outras	181	1.068
Outras Receitas (Nota 18)	6.840	-
Banco Santander Brasil ⁽¹⁾	6.840	-
Despesas Administrativas	(1.103)	(406)
Banco Santander Brasil (Nota 17) ⁽¹⁾	(406)	(406)
Aquanima Brasil Ltda. ⁽¹⁾	(690)	-

⁽¹⁾ Controlada Direta ou Indireta pelo Banco Santander Espanha.

⁽²⁾ Controlador.

⁽³⁾ Controlada Direta ou Indireta pelo Banco Santander Brasil.

⁽⁴⁾ Controlada em Conjunto - Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. (Atual denominação Social da Santander Participações S.A.), até 30 de setembro de 2017 era controlada pela Santander S.A. - Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros a qual foi incorporada pela Santander Corretora de Seguros em 30 de novembro de 2017.

⁽⁵⁾ Banco Santander Espanha exerce influência significativa, detém o poder de participar das decisões de políticas financeiras e operacionais da investida, mas não controla nem detém controle conjunto da mesma.

21. Outras Informações
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

22. Eventos Subsequentes
Reestruturações Societárias
O Conselho de Administração do Banco Santander Espanha, em novembro de 2016, e o Conselho do Banco Santander Brasil, em 28 de março de 2017, aprovaram o novo modelo de tecnologia para o Grupo, que consiste na segregação de atividades locais e globais de tecnologia, a fim de que (i) o Banco Santander Espanha continue a prestar diretamente os serviços globais de tecnologia da informação para as diferentes jurisdições nas quais o Santander está posicionado; e (ii) as unidades em cada país passem a ser responsáveis pelas estruturas de prestação de serviços locais de tecnologia. Nesse sentido, foi realizada uma série de operações para implementação do modelo de tecnologia em linha com as diretrizes de excelência operacional definidas para o Grupo, de modo a permitir ao Banco Santander Brasil controlar diretamente os serviços locais de tecnologia da informação e com isso incrementar a proximidade com os negócios, a adoção de soluções adequadas, a flexibilidade, a qualidade e a eficiência, com vistas a atingir os objetivos acima elencados.

Como parte do processo de reestruturação societária de certas empresas integrantes do Grupo Santander no Brasil, o objetivo foi unificar as operações das empresas em um único veículo societário, com o consequente fortalecimento das estruturas operacional, organizacional e administrativa, especialmente aqueles relacionados às obrigações legais e contábeis.

Após análises e estudos realizados pelas Administrações das Sociedades Produban e Isban Brasil S.A. (Isban Brasil), concluiu-se que a cisão parcial da Produban, com versão da parcela cindida de seu patrimônio em favor da Produban Brasil Tecnologia e Serviços de Informática Ltda. (Produban Brasil Tecnologia ou Produban Global) (Cisão Parcial), seguida da incorporação da Isban Brasil (Incorporação), foram as operações societárias mais adequadas e eficientes para atingir o objetivo comum das partes e do Banco Santander Espanha para alocação das atividades de tecnologia no Brasil.

A Cisão Parcial teve por finalidade segregar as atividades de prestação de serviços de suporte técnico e desenvolvimento relacionados a *cloud* e *cyber security* (Serviços Globais) das demais operações relativas aos serviços de *hardware* desenvolvidos pela Produban, com a respectiva transferência de funcionários dedicados às atividades nas áreas de *cloud* e *cyber security* (Funcionários Globais) e de contratos com clientes e fornecedores (Contratos Globais).

A Incorporação insere-se no contexto do novo modelo de gestão de tecnologia aprovado pelo Conselho de Administração do Banco Santander Brasil em 28 de março de 2017, e permitirá o controle direto dos serviços locais de tecnologia da informação e com isso incrementar a proximidade com os negócios, a adoção de soluções adequadas, a flexibilidade, a qualidade e a eficiência.

	Valores Antes da Cisão 150.206	Parcelas Cindidas 26.877	Valores Após Cisão 123.329
Ativo Circulante e não Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	74	74	-
Aplicações Financeiras	34.336	8.882	25.454
Contas a Receber	450	368	82
Depósitos Judiciais	1.782	-	1.782
Ativos Fiscais	70.025	-	70.025
Outros Ativos Financeiros	1.056	93	963
Outros Ativos	24.807	-	24.807
Ativo Tangível	17.657	17.460	197
Ativo Intangível	19	-	19
Total do Ativo	150.206	26.877	123.329

d) Aquisição da Produban pelo Banco Santander Brasil
Em 28 de fevereiro de 2018, o Banco Santander Brasil adquiriu 11.249.999 (onze milhões, duzentas e quarenta e nove mil, novecentas e noventa e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal detidas pela Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. na Produban, pelo valor de R\$42.731, de maneira que o Banco Santander Brasil passou a ser titular das ações representativas da totalidade do capital social da Produban.

e) Incorporação da Isban Brasil pela Produban
Nas AGE realizada em 28 de fevereiro de 2018, foram aprovados a Incorporação e o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Isban Brasil pela Produban, que foi celebrado na mesma data.

Em consequência do processo de Incorporação, a Produban recebeu a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Isban Brasil, a qual foi extinta e sucedida pela Produban em todos os seus direitos e obrigações. Para fins da Incorporação, o patrimônio líquido da Isban Brasil foi avaliado com base no seu valor contábil, conforme balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2017, apurado em laudo de avaliação datado de 27 de fevereiro de 2018. As variações patrimoniais a partir de 1 de janeiro de 2018 até a data da Incorporação serão apropriadas pela Produban.

	244.675	Passivo Circulante e não Circulante	168.918
Ativo Circulante e não Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	109	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Pagar	4.677
Aplicações Financeiras	20.784	Salários a Pagar	46.544
Contas a Receber	2.034	Impostos a Pagar	11.100
Depósitos Judiciais	46.119	Provisões	97.029
Ativos Fiscais	146.934	Passivos Fiscais Diferidos	831
Outros Ativos Financeiros	1.634	Outros Passivos	8.737
Outros Ativos	26.952		
Ativo Tangível	109		
Total do Ativo	244.675	Total do Passivo	168.918
		Acervo Líquido Incorporado	75.757

A Incorporação resultou em um aumento do patrimônio líquido da Produban no valor de R\$108.757, em razão da versão do acervo líquido da Isban Brasil apurado com base no seu valor contábil na data base de 31 de dezembro de 2017 (considerando o aumento do capital social da Isban Brasil, em 19 de fevereiro de 2018, no valor de R\$33.000), sendo que o valor de R\$68.879 serão destinados à conta do capital social da Produban, mediante a emissão de 34.121.225 (trinta e quatro milhões, cento e vinte e um mil, duzentas e vinte e cinco) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, R\$41.837 destinados às reservas de lucros e o saldo devedor de R\$1.959 destinados à conta de ajustes de avaliação patrimonial. Em razão do aumento de capital decorrente da Incorporação, o capital social subscrito e integralizado da Produban passou a ser de R\$91.048 dividido em 45.371.225 (quarenta e cinco milhões, trezentas e setenta e uma mil e duzentas e vinte e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

f) Alteração da Denominação Social da Produban
Em AGE realizada em 28 de fevereiro de 2018, que aprovou a Incorporação e o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Isban Brasil, também foi aprovada a mudança da denominação social da Produban Serviços de Informática S.A., para Santander Brasil Tecnologia S.A.

g) Aumento do Capital Social da Produban (em fase de alteração de denominação social para Santander Brasil Tecnologia S.A.)
Em AGE realizada no dia 19 de março de 2018, foi aprovado o aumento do capital social da Produban no valor de R\$4.000, mediante a capitalização da reserva para equalização de dividendos, sem modificação do número de ações, passando o capital social do valor de R\$91.048 para R\$95.048, representado por 45.371.225 (quarenta e cinco milhões, trezentas e setenta e uma mil, duzentas e vinte e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Superintendente Enrique Sánchez Hilara	Diretor Executivo Carlos Alberto dos Anjos
--	--

Contador

José Eduardo Fernandes - CRC 1SP269858/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Produban Serviços de Informática S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Produban Serviços de Informática S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Produban Serviços de Informática S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases
Receita com partes relacionadas

Chamamos atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que descreve que as receitas da Companhia estão representadas, substancialmente, por serviços prestados a partes relacionadas que fazem parte do Conglomerado Financeiro Santander Brasil. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ações judiciais - Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF)

Conforme Nota 10 (d), em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração em face da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., atual Produban e outro auto no extinto Banco Santander Brasil S.A. (incorporado pelo Banco Santander Meridional S.A., atual Banco Santander (Brasil) S.A.). O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Produban na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Produban, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. Em junho de 2015, as defesas foram apreciadas em decisão desfavoráveis na esfera administrativa (CARF). Em 3 de julho de 2015, Banco e Produban impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais. O valor envolvido atualizado de cada uma das ações em 31 de dezembro de 2017 é de aproximadamente no valor de R\$ 717 milhões. Segundo a Companhia e seus assessores jurídicos, a probabilidade de perda dessa ação em 31 de dezembro de 2017 é possível. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Reestruturação societárias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 22. Eventos Subsequentes que descreve reestruturações societárias envolvendo a companhia, cujos atos societários foram aprovados em 2018. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentemente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
a) Aquisição da Isban Brasil pelo Banco Santander Brasil

Em 19 de fevereiro de 2018, o Banco Santander Brasil adquiriu, pelo valor de R\$61.078, a totalidade das ações representativas do capital social da Isban Brasil, mediante transação de compra e venda de ações celebrada com a Engenharia de Software Bancário, S.L., de modo que o Banco Santander Brasil passou a figurar como único acionista detentor da totalidade das 12.811.971 (doze milhões, oitocentos e onze mil e novecentos e setenta e uma) ações, sendo 6.463.419 ações ordinárias e 6.348.552 ações preferenciais da Isban Brasil.

b) Aumento do Capital Social da Isban Brasil

Em AGE realizada no dia 19 de fevereiro de 2018, foi aprovado o aumento do capital social da Isban Brasil no valor de R\$33.000, mediante a emissão de 11.783.900 (onze milhões, setecentos e oitenta e três mil e novecentos) novas ações nominativas e sem valor nominal, sendo 5.944.775 ações ordinárias e 5.839.125 ações preferenciais, de modo que o capital social da Isban Brasil passou ao valor de R\$68.879, representado por 24.595.871 (vinte e quatro milhões, quinhentas e noventa e cinco mil, oitocentas e setenta e uma) ações nominativas e sem valor nominal, sendo 12.408.194 ações ordinárias e 12.187.677 ações preferenciais. A totalidade das ações da Isban Brasil emitidas em decorrência do aumento do capital social foi subscrita e integralizada pelo acionista Banco Santander Brasil.

c) Cisão Parcial da Produban, com Versão da Parcela Cindida de seu Patrimônio à Produban Brasil Tecnologia

Em 28 de fevereiro de 2018, por meio da AGE e alteração contratual realizada entre os Acionistas e os Sócios da, respectivamente, Produban e Produban Brasil Tecnologia, foram aprovados a Cisão Parcial e o Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Produban com versão da parcela cindida de seu patrimônio em favor da Produban Brasil Tecnologia, conforme Protocolo celebrado em 27 de fevereiro de 2018. A Cisão Parcial implicou em redução do capital social da Produban no valor de R\$2.751, de modo que o capital social passou ao valor total de R\$22.169, dividido em 11.250.000 (onze milhões, duzentas e cinquenta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Com relação ao acervo líquido transferido, a Produban Brasil Tecnologia será responsável pelas obrigações correspondentes aos bens, direitos e obrigações que lhes forem transferidos no âmbito e por força da Cisão Parcial, sem qualquer solidariedade, pelas obrigações da Produban.

Para fins da Cisão Parcial, o patrimônio líquido da Produban foi avaliado com base no seu valor contábil, conforme balanço patrimonial auditado levantado em 31 de dezembro de 2017, apurado em laudo de avaliação datado de 27 de fevereiro de 2018, que é parte da discriminação da Cisão Parcial. As variações patrimoniais ocorridas entre a data da avaliação do patrimônio da Produban e a data da efetivação da operação serão refletidas proporcionalmente aos ativos e ao acervo cindido, na Produban e na Produban Brasil Tecnologia, sociedade incorporadora da parcela cindida.

	Valores Antes da Cisão 101.687	Parcelas Cindidas 13.883	Valores Após Cisão 87.804
Passivo Circulante e não Circulante			
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Pagar	2.435	-	2.435
Contas a Pagar	9.254	-	9.254
Salários a Pagar	27.106	2.391	24.715
Impostos a Pagar	6.411	312	6.099
Provisões	40.830	-	40.830
Passivos Fiscais Diferidos	3.742	-	3.742
Outros Passivos Financeiros	11.180	11.180	-
Outros Passivos	729	-	729
Patrimônio Líquido	48.519	12.994	35.525
Capital Social	24.920	2.751	22.169
Reservas	19.844	10.243	9.601
Ajustes de Avaliação Patrimonial	3.755	-	3.755
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	150.206	26.877	123.329
Acervo Líquido Cindido			12.994

Em 28 de fevereiro de 2018, o Banco Santander Brasil adquiriu 11.249.999 (onze milhões, duzentas e quarenta e nove mil, novecentas e noventa e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal detidas pela Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. na Produban, pelo valor de R\$42.731, de maneira que o Banco Santander Brasil passou a ser titular das ações representativas da totalidade do capital social da Produban.

e) Incorporação da Isban Brasil pela Produban
Nas AGE realizada em 28 de fevereiro de 2018, foram aprovados a Incorporação e o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Isban Brasil pela Produban, que foi celebrado na mesma data.

Em consequência do processo de Incorporação, a Produban recebeu a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Isban Brasil, a qual foi extinta e sucedida pela Produban em todos os seus direitos e obrigações. Para fins da Incorporação, o patrimônio líquido da Isban Brasil foi avaliado com base no seu valor contábil, conforme balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2017, apurado em laudo de avaliação datado de 27 de fevereiro de 2018. As variações patrimoniais a partir de 1 de janeiro de 2018 até a data da Incorporação serão apropriadas pela Produban.

	244.675	Passivo Circulante e não Circulante	168.918
Ativo Circulante e não Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	109	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a Pagar	4.677
Aplicações Financeiras	20.784	Salários a Pagar	46.544
Contas a Receber	2.034	Impostos a Pagar	11.100
Depósitos Judiciais	46.119	Provisões	97.029
Ativos Fiscais	146.934	Passivos Fiscais Diferidos	831
Outros Ativos Financeiros	1.634	Outros Passivos	8.737
Outros Ativos	26.952		
Ativo Tangível	109		
Total do Ativo	244.675	Total do Passivo	168.918
		Acervo Líquido Incorporado	75.757

A Incorporação resultou em um aumento do patrimônio líquido da Produban no valor de R\$108.757, em razão da versão do acervo líquido da Isban Brasil apurado com base no seu valor contábil na data base de 31 de dezembro de 2017 (considerando o aumento do capital social da Isban Brasil, em 19 de fevereiro de 2018, no valor de R\$33.000), sendo que o valor de R\$68.879 serão destinados à conta do capital social da Produban, mediante a emissão de 34.121.225 (trinta e quatro milhões, cento e vinte e um mil, duzentas e vinte e cinco) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, R\$41.837 destinados às reservas de lucros e o saldo devedor de R\$1.959 destinados à conta de ajustes de avaliação patrimonial. Em razão do aumento de capital decorrente da Incorporação, o capital social subscrito e integralizado da Produban passou a ser de R\$91.048 dividido em 45.371.225 (quarenta e cinco milhões, trezentas e setenta e uma mil, duzentas e vinte e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

f) Alteração da Denominação Social da Produban
Em AGE realizada em 28 de fevereiro de 2018, que aprovou a Incorporação e o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Isban Brasil, também foi aprovada a mudança da denominação social da Produban Serviços de Informática S.A., para Santander Brasil Tecnologia S.A.